

RESOLUÇÃO Nº XXX, DE XX DE XX 2020.

Altera a Resolução nº 515, de 08 de maio de 2019.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X, XI e XLVI da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.003026/2020-04, deliberado e aprovado na XXª Reunião Deliberativa da Diretoria Colegiada, realizada em XX de XX de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 515, de 08 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2019, Seção 1, páginas 30 e 32, que dispõe sobre os procedimentos de inspeção de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita nos aeroportos e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º Os líquidos adquiridos em *free shops* no salão de embarque destinado aos voos internacionais poderão exceder o limite estipulado no art. 4º desta Resolução, desde que dispostos em embalagens plásticas seladas padronizadas e com o recibo de compra à mostra.

§ 1º Excetuam-se do caput os líquidos portados por passageiros que saírem do salão de embarque destinado aos voos internacionais.

§ 2º Esta medida não garante a aceitação da embalagem selada por outros Estados no caso de conexão em seus aeroportos, devendo a empresa aérea informar ao passageiro que se encontra nesta situação sobre a possibilidade ou não de retenção de seu produto por autoridades estrangeiras.” (NR)

“Art. 5º-A Os líquidos adquiridos em *free shops* de outros países ou a bordo de aeronaves por passageiros em conexão internacional poderão exceder o limite estipulado no art. 4º desta Resolução desde que sejam:

I - dispostos em embalagens plásticas seladas padronizadas, com o recibo de compra à mostra com menos de 48 (quarenta e oito) horas do horário do voo de conexão; e

II - inspecionados no aeroporto de conexão por meio de sistema de detecção de líquido explosivo.

Parágrafo único. O operador aéreo é responsável por informar seus passageiros sobre as restrições de líquidos que possam existir em caso de conexão.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2020.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ